

A COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL A PARTIR DE 2016: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

SECURITY AND DEFENSE COOPERATION IN SOUTH AMERICA SINCE 2016: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Ana Karolina Morais da Silva (PPG-ICAL/UNILA)
Jéssica Maria Grassi (PPGRI/UFSC)
Lucas Kerr de Oliveira (PPG-ICAL/UNILA)

Resumo: Neste artigo visamos realizar uma análise dos processos de cooperação em segurança e defesa na América do Sul desde o ano de 2016. Assim, a pergunta que norteia este estudo é: como as mudanças políticas que ocorreram nos níveis global e regional a partir de 2016 impactam os processos de cooperação em segurança e defesa na América do Sul após este ano? Partimos da hipótese de que os processos regionais de cooperação em segurança e defesa foram perdendo relevância dentro da agenda política dos países sul-americanos nos últimos anos, havendo o aumento das tensões e das desconfianças entre os países da região, o esvaziamento da agenda de segurança autônoma construída ao longo dos primeiros anos do século XXI e a retomada da agenda securitária estadunidense para a América do Sul.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Americana; Segurança; Defesa.

Abstract: In this article we aim to carry out an analysis of the cooperation processes in security and defense in South America since the year 2016. So, the question that guides this study is: how the political changes that occurred at the global and regional levels since 2016 impact security and defense cooperation processes in South America after this year? We start from the hypothesis that the regional processes of cooperation in security and defense have been losing relevance within the political agenda of the South American countries in recent years, with the increase of tensions and mistrust between the countries of the region, the emptying of the autonomous security agenda built during the first years of the 21st century and the resumption of the American security agenda for South America.

Keywords: South-American Cooperation; Security; Defense.

Introdução

Os processos contemporâneos de transformações estruturais e conjunturais no plano da política internacional implicam em significativos desafios em termos de estabilidade, desenvolvimento, autonomia e soberania para os Estados periféricos e semiperiféricos, ampliando a necessidade de se debater de forma integrada tais problemáticas e as implicações para a cooperação e a integração regionais. Desse modo, torna-se crítica a construção do conhecimento tendo como foco a realidade periférica da América do Sul dentro das relações internacionais.

Nessa perspectiva, importa considerar o papel geopolítico que a cooperação em segurança e defesa cumpre em um sistema internacional marcado pela multipolaridade assimétrica, como estratégia vertebradora de processos de integração mais amplos e com capacidade de modificar a lógica sob a qual a América do Sul está inserida na hierarquia interestatal. Tendo isso em vista, o artigo discute a cooperação sul-americana em segurança e defesa desde 2016, levando em consideração importantes mudanças políticas que ocorreram neste mesmo período, como o *impeachment* de Dilma Rousseff no Brasil, o fortalecimento da onda neoliberal já em curso na América do Sul, o início do que seria a maior crise institucional enfrentada pela Unasul e a vitória de Donald Trump para a presidência estadunidense.

Desse modo, a problemática que norteia este estudo pode ser posta pela seguinte questão: como as mudanças políticas que ocorreram nos níveis global e regional a partir de 2016 impactam os processos de cooperação em segurança e defesa na América do Sul após este ano? Partimos da hipótese de que os processos regionais de cooperação em segurança e defesa foram perdendo relevância dentro da agenda política dos países sul-americanos, havendo, a partir de 2016, o aumento das tensões e das desconfianças entre os países, o esvaziamento da agenda de segurança autônoma construída ao longo dos primeiros anos do século XXI e a retomada da agenda securitária estadunidense para a região.

Para desenvolver esta pesquisa, emprega-se o método hipotético-dedutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica, consultando-se livros, artigos, teses e dissertações, além de sites oficiais e sites de notícias. Na primeira seção, buscamos contextualizar o que é a cooperação em segurança e defesa e qual papel ela cumpre na política internacional, especialmente pensando-a como uma estratégia para países e regiões periféricas, como a América do Sul. Na segunda parte do trabalho, analisa-se a cooperação em segurança e defesa nos primeiros anos do século XXI na região, com ênfase especial para os processos que levaram a uma mudança na agenda securitária de toda a América do Sul a partir dos anos 2000. Por fim, investiga-se os acontecimentos políticos que impactaram a região a partir de 2016, de modo a observar os desafios e perspectivas contemporâneos à cooperação em segurança e defesa entre os países sul-americanos.

1. A cooperação em segurança e defesa nas relações internacionais

A América do Sul, durante todo o século XX, foi uma das regiões do mundo com o menor número de conflitos interestatais, sendo a Guerra do Chaco (1932-1935), entre Bolívia e Peru, o último conflito interestatal significativo a ocorrer na região. A estabilidade sul-americana pode estar ligada aos papéis desempenhados pelos Estados Unidos como potência hemisférica e pelo Brasil como potência regional. Ademais, a maior parte dos conflitos fronteiriços sul-americanos foram solucionados ainda no século XIX e para os conflitos remanescentes, diversos avanços diplomáticos foram feitos ao longo do século XX. Neste contexto, entre 1980 e 1990, mecanismos bilaterais e multilaterais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) foram criados (CLOSS, 2019). Apesar da sua baixa incidência de guerras interestatais, a América do Sul é considerada uma região de insegurança e de violência regular (CEPIK; ARTURI, 2011).

Ao final da Guerra Fria, as mudanças políticas geradas no cenário internacional afetaram profundamente as relações interamericanas, especialmente as relações de cooperação em segurança e defesa. A agenda securitária das Américas, que antes priorizava os hemisférios como espaços geográficos securitizados, passou a priorizar as regiões, uma vez superada a rivalidade ideológica entre os blocos Ocidental e Oriental. Tratava-se da superação do conceito de Segurança Hemisférica, vigente pela maior parte do século XX, pelo conceito de Segurança Regional (BUZAN; WAEVER, 2003; PAGLIARI, 2009; FUCCILLE; REZENDE, 2013).

Ao analisar as dinâmicas de segurança e defesa na América do Sul, podemos dividir a região entre duas subregiões, o Cone Sul e a região Andina, que possuem padrões de segurança, níveis de rivalidade-confiança e amizade-inimizade diferentes, mas mantêm o mesmo padrão de interdependência no âmbito da segurança entre os países que as compõem. O Brasil possuiria, nesse contexto, o papel centralizador para a segurança sul-americana (PAGLIARI, 2009; FUCCILLE; REZENDE, 2013). Nessa perspectiva, ressalta-se a importância de mecanismos de cooperação, como uma resposta aos desafios conjuntos impostos e como forma de coordenar posicionamentos em foros internacionais; sendo, assim, o regionalismo uma dimensão de segurança de grande destaque (PAGLIARI, 2009).

Contudo, especialmente na última década, observamos a intensificação gradativa da redistribuição do poder econômico global entre Estados Unidos e China, ao mesmo tempo que se intensificam as disputas geopolíticas por áreas de influência, mercados e recursos estratégicos de longo prazo (especialmente recursos energéticos) entre Estados Unidos, Rússia e China. As disputas de poder entre estes três Estados geram disputas hegemônicas em todas as regiões do mundo e explicita a tendência à multipolaridade assimétrica na contemporaneidade (FIORI, 2007; MARTINS, 2013).

A América do Sul está indissociavelmente inserida neste contexto de instabilidade sistêmica, devido aos seus recursos estratégicos, como suas grandes reservas de petróleo, gás e minerais, abundantes recursos hídricos e

sua capacidade única de produção alimentar¹ (MONIZ BANDEIRA, 2008; KERR OLIVEIRA, 2012). Esse contexto geopolítico também ressalta a importância da cooperação, especialmente em segurança e defesa, a qual se faz ainda mais relevante desde o ponto de vista estratégico. A cooperação regional em termos de defesa e segurança é um importante fator para o aumento da confiança e dissipação das rivalidades regionais e, com a superação das possibilidades de conflitos regionais, pode levar a construção de políticas conjuntas, além do desenvolvimento de tecnologias de uso civil e militar, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial dos países (SOUZA, 2015; GRASSI, 2019).

Nesse sentido, possibilitaria também a construção de processos de integração regional mais amplos, levando a diminuição da dependência externa, permitindo a construção de maiores margens de autonomia e soberania, maior dinamismo frente às demandas regionais, um melhor posicionamento dentro da hierarquia do sistema interestatal e podendo fortalecer a formação de um bloco de poder sul-americano (GUIMARÃES, 2008; PADULA, 2011; SOUZA, 2015; GRASSI, 2019).

Assim, podemos afirmar que a cooperação em segurança e defesa possui amplo potencial para vertebrar processos de integração. Tomando como exemplo a experiência europeia, é possível observar o papel estratégico que a agenda securitária possui para pautar projetos de integração mais abrangentes: no pós-Segunda Guerra a Europa Ocidental se via ameaçada, por um lado, pela União Soviética (URSS), e por outro, pela emergência dos Estados Unidos como uma grande potência. Portanto, os fatores securitários são cruciais para os rumos da integração em um sentido mais amplo, já que estes fatores influenciam diretamente a adesão dos Estados a projetos integracionistas (MALLMANN, 2017).

A sua vez, a Integração Regional é crucial para a ampliação das capacidades de segurança, defesa e dissuasão da América do Sul, especialmente em um contexto de acirramento das disputas interestatais entre as grandes potências, além de caracterizar-se como uma estratégia fundamental

¹ A América do Sul possui 25% da água doce e 40% da biodiversidade do mundo, além de ser a segunda maior reserva de petróleo e fonte de energia primária mundiais (SOUZA, 2015).

para o desenvolvimento conjunto de blocos de países localizados em regiões periféricas. (GUIMARÃES, 2008; PADULA, 2011; KERR OLIVEIRA, 2012).

Segundo Gullo (2015), para saírem de sua posição de periferia, os Estados periféricos precisam modificar sua condição de “objetos” da política internacional para a condição de “sujeitos”, adotando certo grau de autonomia em relação ao centro. O autor denomina de “processo de insubordinação fundante” essa subversão da condição de objeto por parte dos Estados periféricos. Na origem da insubordinação fundante está, invariavelmente, um impulso estatal que converte em poder concreto as potencialidades dos Estados (GULLO, 2015).

Na América do Sul, durante os primeiros anos do século XXI, a superação dos desafios da cooperação em segurança e defesa foram centrais para os processos de integração regional (MONTEIRO, 2017). Como aponta Freitas (2018, p. 41):

Parte dos fenômenos e processos de integração regional surgem a partir do âmbito das relações interestatais que envolvem a segurança e defesa dos Estados. Dessa forma, tais arranjos são formas de compreender os processos de integração, tornando-se uma ferramenta para o desenvolvimento integrado.

Assim, a partir da breve contextualização sobre a cooperação em segurança e defesa e da discussão do seu papel nas relações internacionais, sobretudo ao refletir sobre seu papel estratégico para os países e regiões periféricos, como a América do Sul, a seção seguinte irá abordar o desenvolvimento da cooperação em tal área na região nos primeiros anos do século XXI.

2. A cooperação em segurança e defesa na América do Sul no início do século XXI

Após 1991, e principalmente após o 11 de Setembro, os Estados Unidos alteraram sua retórica acerca da segurança internacional e passaram a exportar para a América do Sul a agenda das chamadas “novas ameaças”. Neste

contexto, a agenda de segurança estadunidense passou a considerar outras temáticas, para além da dimensão político-militar, e outros atores, além dos Estados (PAGLIARI, 2009; CEPIK; ARTURI, 2011; SOUZA, 2015).

No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1999, os Estados Unidos defendiam que o sistema interamericano de segurança, que esteve desde sua criação voltado ao combate de ameaças externas, precisava se atualizar para combater as ameaças originadas na própria região, as quais só poderiam ser combatidas multilateralmente, especialmente por serem ameaças transnacionais de tipo não-convencional, como o terrorismo, o narcotráfico, os desastres naturais, os desastres ambientais, o crime organizado transnacional e a imigração ilegal (OEA, 2000).

Dessa forma, a Segurança Regional já não estava mais definida pelos mesmos termos que definiram a Segurança Hemisférica durante o período bipolar. O conceito de ameaça havia sido significativamente alargado e, a segurança passou a ser entendida também como a defesa coletiva da democracia, compreendida enquanto elemento vital para a garantia da estabilidade da região em questões de segurança e defesa (OLIVEIRA; ONUKI, 2000; PEREIRA, 2004).

Como consequência deste processo, os acordos de segurança e defesa se multiplicaram por toda a região, especialmente no âmbito das medidas de confiança em defesa, entendidas enquanto “processos políticos e/ou militares que objetivam mitigar e prevenir os efeitos negativos ou percepções erradas decorrentes dos ‘dilemas de segurança’ nas relações internacionais” (SAINT-PIERRE; PALÁCIOS Jr., 2014, p. 23).

Entretanto, alguns episódios de instabilidades nos anos 2000 evidenciaram a debilidade de tais medidas para a garantia da estabilidade regional: o movimento separatista no departamento de Santa Cruz, na Bolívia, em 2008, que ameaçava o governo de Evo Morales; o bombardeio realizado pelo exército colombiano em território do Equador, em março de 2008, a um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC); a reativação da IV Frota Naval dos EUA, a qual está posicionada ao redor de toda a América Latina (NADDI, 2018).

Além disso, o crime organizado compõe um problema de segurança pública que transcende as fronteiras nacionais e está presente de forma generalizada na América do Sul. Salienta-se que este é composto por narcotráfico, contrabando, tráfico de pessoas e de armas. Esses problemas acabam por deslocar a função das Forças Armadas e, em muitos casos, levam a corrupção destas diante do poder econômico do crime organizado (SOUZA, 2015). A regionalização do narcotráfico é fator de grande preocupação nas dinâmicas regionais, uma vez que há o transbordamento da violência, bem como do cultivo, da distribuição dos produtos e outras situações decorrentes do problema das drogas (CEPIK; ARTURI, 2011).

Cepik e Arturi (2011, p. 657) ainda pontuam como elementos importantes nas dinâmicas de segurança regional “a instabilidade das relações civis-militares, as rivalidades interestatais, a violência civil e o efeito de ‘penetração’² das grandes potências.” Com relação à presença de atores extrarregionais, além dos Estados Unidos, deve-se pontuar a presença russa, sobretudo na Venezuela. Do mesmo modo, a China tem se apresentado em muitos países sul-americanos; o país busca na região acesso a recursos minerais e energéticos, alimentos e um mercado consumidor, também pretende estabelecer parcerias estratégicas e obter apoio em foros e instituições internacionais (SOUZA, 2015).

A percepção de possíveis ou novas ameaças, da interdependência entre os países e da precariedade dos instrumentos de segurança interamericana para lidar com as situações de crise na região podem ser considerados elementos fundamentais para os Estados pensarem a criação de mecanismos cooperativos e integrativos mais efetivos, para decisões e soluções coletivas em termos de segurança e defesa, assim como meios de prevenção de futuros conflitos e crises na América do Sul (CEPIK; ARTURI, 2011; SAINT-PIERRE; PALACIOS Jr., 2014).

Além disso, seguindo à reorganização do pós-11 de Setembro, a agenda estadunidense de combate ao terrorismo, a retomada de uma ofensiva russa em suas fronteiras imediatas e o crescimento econômico chinês ampliaram as

² Buzan e Waever (2003) destacaram como uma preocupação relevante no complexo de segurança regional o que eles denominam de “penetração”, que diz respeito ao papel político, econômico e militar de grandes potências extrarregionais.

possibilidades de autonomia para a região sul-americana. Do mesmo modo, a crise da unipolaridade estadunidense, especialmente a partir das invasões do Afeganistão e do Iraque, abriu espaço para outra reorganização do âmbito de segurança e defesa na região (MALLMANN, 2017; FUCCILLE, 2014). Os Estados periféricos, nestas circunstâncias, tendem a associar-se para fortalecerem-se frente à debilidade do *hegemon*, gerando o movimento de reacomodação de forças (MALLMANN, 2017).

Como pontua Fuccille (2014, p. 115):

A baixa prioridade estratégica historicamente conferida pelo Departamento de Estado *yankee* à região, combinada à profunda alteração da agenda internacional deste país pós-setembro de 2001, os sucessivos reveses em temas como implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), os fracassos nas tentativas de eleger seus candidatos a secretário-geral da OEA, as negativas do Chile e México (então membros-rotativos do Conselho de Segurança da ONU) em dar seu aval à invasão do Iraque em 2003, entre outras questões, acabaram por consolidar um imaginário de espaço geográfico possível e passível de desenvolver políticas mais independentes, advindas de uma maior margem de autonomia.

No mesmo contexto de erosão da influência estadunidense na região, especialmente pelo enfraquecimento da unipolaridade a nível sistêmico, que possibilitou maior autonomia regional, ocorreu uma reorientação geopolítica dos países sul-americanos, favorecida pela ascensão de governos progressistas em diversos países da região: Hugo Chávez (Venezuela, 1998); Ricardo Lagos (Chile, 1999); Lula (Brasil, 2003); Nestor Kirchner (Argentina, 2003); Tabaré Vázquez (Uruguai, 2004); Evo Morales (Bolívia, 2005); Michelle Bachelet (Chile, 2006); e Alan Garcia (Peru, 2006) (SERBIN, 2009; FUCCILLE, 2014).

Sob estes novos governos, a forma como a segurança e a defesa eram pensadas e implementadas na América do Sul foi modificada. Em poucas palavras, os governos sul-americanos neste período conduziram um esforço político-institucional para implementar na região um modelo de segurança cooperativa mais dinâmico do que o anterior (FUCCILLE, 2014).

Nesse contexto, instituições e mecanismos encabeçados pelos Estados Unidos, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Junta Interamericana de Defesa (JID), o Tratado Interamericano de Assistência

Recíproca (TIAR), entre outros, foram perdendo gradativa e exponencialmente sua credibilidade, o que apontava para o esfacelamento do complexo de segurança hemisférico estruturado pelos Estados Unidos desde 1930, mas principalmente a partir da segunda metade do século XX (PAGLIARI, 2009; FUCCILLE; REZENDE, 2013; FUCCILLE, 2014).

A partir de todos os fatores mencionados anteriormente e com a forte convergência entre os países da região foi criada a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), pensada como um mecanismo para a resolução e prevenção de crises – papel até então desempenhado essencialmente pela OEA, sob a liderança estadunidense (SERBIN, 2009). A Unasul foi criada em 2008 a partir da assinatura de seu Tratado Constitutivo, substituindo, assim, a já existente Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA ou CSN).

A CASA foi um intento de unir o Mercosul e a Comunidade Andina (CAN), agregando outros temas à agenda integracionista, para além do econômico-comercial existente nas organizações regionais, tornando assim a região um bloco unificado. Essas conversações já vinham acontecendo desde 2000, quando ocorreu a I Reunião de Presidentes Sul-Americanos e, a partir da qual também surgiu a proposta da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA) (PAGLIARI, 2009 e 2015; GRASSI, 2019; BIDARRA; GRASSI; KERR OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, na Unasul convergem-se todas as tentativas de estabelecer um processo integracionista além do econômico-comercial na América do Sul, congregando desde temas como segurança e defesa, saúde, educação, democracia, direitos humanos, desenvolvimento socioeconômico, cultura, ciência e tecnologia, energia, infraestrutura, telecomunicações, crime organizado e tráfico de drogas.

O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), oficializado em dezembro de 2008 no seio da Unasul, foi a proposta institucional mais ambiciosa para o contexto geopolítico do princípio do século XXI. O projeto, proposto pelo governo brasileiro, foi aprovado pelos 12 países-membros da Unasul em meio às tensões políticas geradas pela Colômbia, histórica aliada de Washington na região, e a Venezuela de Chávez, que impulsionava a ideia da criação de um instrumento militar aos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma

Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) (FUCCILLE, 2014; PAGLIARI, 2015).

Desta forma, o CDS representava uma estrutura suavizada com capacidade para promover a concertação entre os Estados sul-americanos, com a elaboração de uma política dirigida de forma conjunta, fomentar o desenvolvimento e a autonomia regional nos campos da segurança e defesa e condicionar as decisões a serem aprovadas por meio do consenso. Observa-se que o CDS não foi proposto em forma de aliança ou mecanismo operacional militar, mas sim com um órgão de diálogo e consulta, para fortalecer as posições da região em nível internacional ao passo que também contribuía para diluir as desconfianças entre os países do entorno geográfico. Dessa forma, o CDS desempenhou um importante papel geopolítico para a autonomização da agenda securitária da região, reduzindo a relevância do TIAR e da JID (PAGLIARI, 2009 e 2015; CEPIK; ARTURI, 2011; SANTOS, 2013; FUCCILLE, 2014; SOUZA, 2015; BRAGATTI, 2016; GRASSI, 2019).

A partir disso, o CDS estabeleceu quatro linhas para desenvolver seu plano de ação: 1) as operações de política de defesa; 2) a cooperação militar, ação humanitária e de paz; 3) indústria e tecnologia de defesa; e 4) formação e capacitação (SOUZA, 2015; GONÇALVES; BRAGATTI, 2018).

Em 2009, foi fundado o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED-CDS), sediado em Buenos Aires, com o propósito de contribuir para a consolidação dos princípios e objetivos do Estatuto do CDS, a partir da geração de um pensamento estratégico sul-americano, com foco nos interesses regionais (o conjunto dos fatores comuns e/ou complementares do interesse nacional dos países da Unasul). Entre os avanços do CEED-CDS apontam-se a definição de conceitos, medidas de transparência como informações de gastos e indicadores econômicos de defesa (SAINT-PIERRE; PALÁCIOS Jr., 2014; SOUZA, 2015; PAGLIARI, 2015; ESG, 2020).

Em 2012, o CDS publicou o primeiro Registro Sul-Americano de Gastos em Defesa, visando a promoção de gastos compartilhados em defesa entre os Estados membros da Unasul, como forma de fomentar a transparência e a confiança entre os países da região. Também foi criada, em 2015, a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), sediada em Quito, com objetivo de fomentar a

autonomia regional em segurança e defesa, buscando a capacitação de civis e militares, em nível de pós-graduação (BARRETO, 2012; PAGLIARI, 2015; SANTOS, 2013; SOUZA, 2015; GONÇALVES; BRAGATTI, 2018).

Desta forma, e apesar das idiossincrasias regionais entre a CAN e o Mercosul, ou mesmo com a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), o CDS foi apontado como um importante espaço de diálogo, com avanços significativos registrados. Além dos logros já citados, destacam-se a definição de Planos de Ação comuns, a construção conjunta de metodologia para medição dos gastos em defesa, o estabelecimento de medidas de confiança mútua e redução das rivalidades, intercâmbios em matéria de formação e capacitação militar, diversos exercícios combinados e conjuntos, tanto bilaterais quanto multilaterais, desenvolvimento de mapas de risco de desastres, entre outras ações (FUCCILLE; REZENDE, 2013; FUCCILLE, 2015; PAGLIARI, 2009 e 2015).

Além disso, no campo da indústria e tecnologia de defesa, foram feitos planos para a construção de equipamentos militares, embora não tenham sido concluídos (SOUZA, 2015). Desde sua formação, a Unasul e o CDS também atuaram na resolução de várias crises políticas na região, como a discussão sobre a instalação de bases norte-americanas na Colômbia em 2009, a tentativa de golpe no Equador em 2010 e a crise entre a oposição e o governo venezuelano em 2014 (GONÇALVES; BRAGATTI, 2018).

Conforme Closs afirma:

No início do século XXI, as condições de segurança na América do Sul passaram a ser mais visíveis em um cenário de grandes transformações. Fica claro, em primeiro lugar, que há a construção relativamente bem sucedida de uma arquitetura institucional para a promoção da paz, materializada sobretudo na União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e no seu Conselho de Defesa Sul Americano (CDS) (CLOSS, 2019, s/p).

No entanto, apesar de seus avanços iniciais, o CDS continuou encontrando desafios para um desenvolvimento eficiente. Na seção seguinte, serão discutidos algumas das mudanças políticas que ocorreram após 2016 nos níveis global e regional e como elas impactam os projetos regionais de cooperação em segurança e defesa.

3. A cooperação em segurança e defesa na América do Sul após 2016

Como discutido anteriormente, no início do século XXI a hegemonia estadunidense encontrava-se abalada pela ação unilateral do país na região do Oriente Médio. A imagem e a confiança internacional dos EUA encontravam-se deterioradas e, neste contexto, fortaleceram-se as iniciativas integracionistas que prezavam pela autonomia sul-americana em detrimento da condução estadunidense dos processos políticos da região.

Passados alguns anos, após o esfriamento do debate internacional sobre as guerras do Iraque e do Afeganistão, o contexto global continua sendo o de desgaste do papel político estadunidense, especialmente em questões securitárias, como observado nos casos da Líbia (2011) e da Síria (2011). Ao mesmo tempo, a reascensão de Rússia e China, como polos de poder autônomos antagônicos aos EUA, intensificou as disputas por recursos de poder em todo o globo, e a multipolaridade assimétrica coloca a América do Sul em uma posição relevante dentro das disputas interestatais das grandes potências.

Apesar da inexistência de conflitos interestatais na América do Sul, os Estados sul-americanos estão entre os mais violentos do mundo. Os principais problemas de segurança da região perpassam a segurança pública, especialmente em países como a Colômbia e o Brasil, por conta do narcotráfico e do crime organizado; assim, os problemas de segurança pública sul-americanos possuem uma dimensão transnacional, que envolve agentes internos e externos aos Estados e à região. Portanto, os elementos domésticos de segurança têm repercussões regionais na América do Sul, e o conflito interestatal não é a única problemática de segurança e defesa da região (CEPIK; ARTURI, 2011; VILLA; PIMENTA, 2016). No contexto regional, as mudanças dos governos de diversos países da região, seja por vias democráticas ou através de golpes parlamentares, também transformaram a agenda de segurança da região.

Nessa perspectiva, desde sua criação, a Unasul - e, conseqüentemente, o CDS - encontrou dificuldades para se firmar e poder desenvolver seu pleno potencial, de modo a resolver as problemáticas regionais. Sobre isso, Gonçalves

e Bragatti (2018) relembram o recurso da Bolívia ao Tribunal de Haia para a resolução da disputa fronteiriça com o Chile - e não à Unasul; o protagonismo de atores extrarregionais nas negociações entre as FARC e o governo da Colômbia; e os acordos bilaterais de defesa de países do bloco com outros de fora da região - Rússia e China, por exemplo.

Outro desafio recorrente das instituições regionais são os problemas orçamentários, e esses estão também entre os principais obstáculos no âmbito da cooperação em defesa na América do Sul. O CDS não tem uma contribuição monetária diferenciada por parte dos países, ele atua no arcabouço da Unasul - e o Brasil era seu maior contribuinte. Pondera-se que não é prioridade dos Estados da região a destinação de recursos para essas instituições, assim como a população, de modo geral, não está disposta a arcar com esses gastos, principalmente diante das deficiências e crises internas dos países. Especificamente, em termos de segurança e defesa, esta área também não está entre as principais despesas dos países da região (SOUZA, 2015).

Ademais, as ações cooperativas e integrativas na região geralmente são implementadas como políticas de governo e não políticas de Estado. Portanto, os processos de alternância de governos nos países da região podem levar a significativas mudanças no funcionamento das instituições regionais, o que dificulta a consolidação das iniciativas de cooperação e integração sul-americanas (BRAGATTI, 2016; FREITAS, 2018; FUCCILLE, 2015; JAEGER, 2019, GRASSI, 2019; BIDARRA; GRASSI; KERR OLIVEIRA, 2020).

Partindo disso, pode-se compreender também as mudanças de rumo e a crise vivenciada pela Unasul desde 2016 e intensificada em 2017. A grave crise institucional impactou todo o panorama de cooperação em segurança e defesa da região e se desenrolou a partir das divergências entre os países para a indicação do novo secretário geral do bloco, o que fez com que, desde então, a organização ficasse com esse cargo vago.

A falta de liderança e o imobilismo do bloco foram usados como justificativa para Argentina (então sob o governo Macri), Brasil (então sob o governo Temer), Chile (governo Piñera), Colômbia (governo Duque), Peru (então sob o governo Kuczynski) e Paraguai (governo Benítez) suspenderem sua participação no bloco a partir de abril de 2018, por tempo indeterminado - e, nos

dois anos que seguiram, Colômbia, Equador, Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai foram anunciando sua saída definitiva. Apesar do discurso oficial acerca das deficiências institucionais da Unasul, a principal motivação para a suspensão foi a divergência entre a agenda política dos governos de centro-direita, em sua maioria, recém chegados ao poder, e a agenda política anterior, estruturada pelos governos progressistas (NADDI, 2018; JAEGER, 2019; BIDARRA; GRASSI; KERR OLIVEIRA, 2020).

Somado a este processo de esvaziamento institucional da Unasul e, conseqüentemente, do próprio CDS, seguiu-se uma tendência à polarização política nos países que mantiveram os governos da “onda progressista”: na Venezuela, onde a oposição tenta, sem sucesso, depor o governo de Nicolás Maduro; no Equador, onde, em 2017, Lenin Moreno foi eleito como sucessor de Rafael Correa apenas para abandonar o programa político de seu antecessor em detrimento do programa da oposição; e na Bolívia, onde Evo Morales renunciou em novembro de 2019, após golpe de Estado da oposição (GONÇALVES, 2019; CAZARRÉ, 2019; MANETTO, 2020).

Após a eleição de Trump em 2016, torna-se visível o protagonismo estratégico do Chile e da Colômbia como governos pró-Washington na região, sendo o protagonismo chileno baseado principalmente em seu exército e sua posição bioceânica, enquanto o protagonismo colombiano se baseia em um longo histórico de cooperação entre Colômbia e Estados Unidos em combate ao narcotráfico e ações de contra-insurgência, mas também pelo papel estratégico desempenhado pela Colômbia na crise venezuelana e em todo o cenário securitário da região (VISENTINI, 2019).

A Colômbia possui notável destaque dentro do novo contexto da segurança regional sul-americana: o país se tornou o primeiro da América Latina a ser parceiro externo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 2018, bem como membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (JAEGER, 2019).

Em 2019, o presidente colombiano fez um pronunciamento público sobre a formação do Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul), uma proposta de bloco regional para integrar a América do Sul e substituir a Unasul. A Declaração Presidencial sobre Renovação e Fortalecimento da Integração na

América do Sul, relativa à formação do Prosul, foi firmada por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru. Tal iniciativa abre um precedente incomum para as relações internacionais sul-americanas, até então marcadas pela liderança política-institucional brasileira e a integração do eixo Brasil-Argentina (JAEGER, 2019; BIDARRA; GRASSI; KERR OLIVEIRA, 2020).

Em agosto de 2019, ex-comandantes das FARC anunciaram a retomada da luta armada na Colômbia. Entre os motivos apresentados para tal, estão a perseguição aos líderes sociais e ex-guerrilheiros, bem como a acusação de descumprimento por parte do governo colombiano do acordo firmado em Havana em 2017, que levou à desmobilização da guerrilha (BBC, 2019).

Observa-se, portanto, na Colômbia, a continuidade da agenda securitária proposta pelos EUA para a região após a Guerra Fria: o narcotráfico e o terrorismo seguem sendo prioridades das ações do governo colombiano no que se refere à segurança regional. Ainda, tais prioridades levam a intensificação das hostilidades contra a Venezuela, não só por parte da Colômbia, mas por parte dos novos governos do Brasil, Argentina (até 2019, durante o governo Macri), Chile, Peru, Equador, Bolívia e Paraguai.

O embargo contra a Venezuela expulsou o país dos mercados financeiros internacionais, impedindo-o de recorrer ao mercado de créditos e, assim, sua produção e sua capacidade de importação encontram-se profundamente afetadas. A PDVSA teve sua matriz bloqueada em solo estadunidense, completando a estratégia de estrangulamento econômico que se aplica contra o país. Assim, as importações que tinham valores em torno de 60 bilhões de dólares anuais entre 2011 e 2013, caíram para valores estimados em 12 bilhões de dólares em 2017, gerando a crise migratória sem precedentes na região (CELAG, 2019).

De maneira geral, a crise política e econômica na Venezuela é a crise com o maior potencial de gerar problemas de segurança para toda a região sul-americana. Em alinhamento internacional aos Estados Unidos, os governos de Colômbia e Brasil têm criado tensões nas fronteiras com a Venezuela que levaram ao fechamento das fronteiras por parte do governo de Maduro (MANETTO, 2019).

No caso do Brasil, os conflitos com venezuelanos que tentam ingressar em território brasileiro através da fronteira com o estado de Roraima foi um dos primeiros pontos de atrito entre os dois países. Entretanto, é notável o aumento da militarização nas fronteiras da Venezuela com Colômbia e Brasil, por parte destes dois últimos, com a justificativa do envio de ajuda humanitária para os venezuelanos residentes nestas regiões fronteiriças. Tal ajuda humanitária seria composta por diversos países, mas liderada, essencialmente, pelos Estados Unidos. Especialmente na fronteira colombo-venezuelana, os confrontos entre civis e militares, de apoiadores ou de parte da oposição ao governo Maduro, têm sido mais violentos (MANETTO, 2019).

Nas relações geopolíticas entre EUA e Rússia, a Venezuela representa um importante pilar, comparável ao papel estratégico desempenhado pela Síria no Oriente Médio (KERR OLIVEIRA; BRITES; REIS, 2013). A venda de armamentos da Rússia para a Venezuela está relacionada com uma questão geopolítica regional e global: a Colômbia, país da América Latina que mais importa armamentos proporcionalmente ao PIB, tem como seu principal vendedor os EUA. Já a Venezuela, segundo maior importador de material bélico da região, tem como seu principal vendedor a Rússia (BOERSNER; HALUANI, 2011).

A Rússia não possuía o interesse de manter uma presença militar significativa na América Latina, entretanto, desde 2010 essa realidade sofreu algumas alterações, especialmente pelo papel da Venezuela para o mercado internacional de hidrocarbonetos, a centralidade deste mercado para a economia russa e a recente crise política no país latino-americano (DAVYDOV, 2010).

A partir da crise venezuelana, a presença militar russa na região vem crescendo gradativamente, e a tendência é que continue crescendo até que a crise esteja superada. Além da venda de armas, a Rússia também mantém acordos de cooperação militar com a Venezuela e tem ampliado seus contratos para importação dos hidrocarbonetos venezuelanos, bem como investido em projetos das áreas industrial e mineira (BRASIL DE FATO, 2019).

Já em setembro de 2019, o TIAR foi acionado mediante pedido do autoproclamado presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó. O tratado,

assinado no contexto da Guerra Fria, prevê a defesa mútua dos países da região em caso de um ataque estrangeiro; entretanto, Guaidó alega que a crise venezuelana apresenta um elemento desestabilizador para a América do Sul e, portanto, o acionamento do tratado estaria ligado à contenção dos efeitos da crise. Tal ação foi duramente criticada por diversos governos, especialmente os de Uruguai e México, contudo, para ser aprovada a ação contou com 12 votos favoráveis dentro da OEA. Durante a sessão de votação do pedido, foi rejeitada uma emenda que limitaria o uso de força para a aplicação do tratado neste caso específico – a proposta foi apresentada pelo governo da Costa Rica (ALVES, 2019).

Além dos conflitos envolvendo a Colômbia e a Venezuela, há conflitos menores entre Chile e Bolívia que possuem potencial de escalada. Em 2017, sete funcionários aduaneiros e dois militares bolivianos foram detidos em território chileno. A questão gerou tensões entre os dois países, chegando ao ponto de tropas bolivianas serem mobilizadas e novos postos fronteiriços serem instalados na fronteira boliviana-chilena (CLOSS, 2019).

Ainda, com o avanço da pandemia mundial do coronavírus em 2020, a região encontra-se em uma situação econômica ainda mais delicada, que dificulta ainda mais o avanço da cooperação em segurança e defesa. Segundo informe produzido pela CEPAL em abril de 2020, a América Latina cresceria no máximo 1,3% em 2020, porém, os efeitos da crise mundial alteraram as estimativas e agora as previsões indicam uma queda do PIB latino-americano de pelo menos 1,8%, chegando até quedas de 3% a 4%, ou até mesmo maior do que 4% (CEPAL, 2020).

Isto se deve, especialmente, a diminuição da atividade econômica dos principais parceiros comerciais da região, a queda mundial dos preços dos produtos primários (fator que afeta especificamente a América do Sul, por sua alta especialização em exportação de produtos primários), a interrupção das cadeias globais de valor, a diminuição da demanda por serviços de turismo e a intensificação da aversão ao risco e o agravamento das condições financeiras mundiais (CEPAL, 2020).

Devido às perdas nos âmbitos da produção e do emprego, a CEPAL propõe a criação de um fundo regional que esteja dedicado às necessidades específicas dos países de renda média para apoiar a recuperação social, econômica e produtiva de toda a região. O relatório ainda cita o fato de que, apenas o comércio internacional não gera crescimento econômico a longo prazo e, com isto, justifica a necessidade da criação de políticas industriais coordenadas de diversificação da malha produtiva regional, visando indústrias mais sofisticadas. Por esses e outros motivos, o relatório da comissão aponta que a única opção estratégica da América Latina enquanto região é buscar um modelo de desenvolvimento mais sustentável por meio de uma maior integração para lidar com os efeitos da pandemia de covid-19 e a crise gerada por ela (CEPAL, 2020).

A partir do exposto, pode-se observar o difícil período que a América do Sul vem enfrentando, composto por problemáticas historicamente enfrentadas pela região, que impactam fortemente o desenvolvimento de projetos cooperativos e integrativos, e que não foram resolvidas desde a formação das instituições no decorrer da primeira década do século XXI, além de novos desafios impostos com as crises políticas e econômicas, as quais também se somam às interferências externas à região. Todos esses elementos travam drasticamente o avanço dos projetos ambiciosos de cooperação em segurança e defesa que vinham sendo desenvolvidos no âmbito da Unasul e do CDS e que possuem potencial para consolidar a América do Sul como um bloco de poder autônomo, com maior protagonismo no sistema internacional.

Considerações Finais

O contexto geopolítico regional da América do Sul sofreu profundas mudanças desde o início do século XXI. Na sua primeira década, falava-se em construir um bloco regional sólido o suficiente para reposicionar a América do Sul a nível sistêmico como um polo de poder relativamente alternativo aos grandes centros. Contudo, nos últimos anos, com a ascensão de governos com orientação de centro-direita na região, aumentou-se as tensões e desconfianças

entre os países, houve o retorno ao histórico alinhamento geopolítico com os Estados Unidos e a busca por organismos extrarregionais para solucionar problemas domésticos e controvérsias regionais. Na prática, isso tudo tem sistematicamente travado os processos de cooperação e integração sul-americanos.

Considera-se, desse modo, que a hipótese inicial do trabalho se confirma. Observamos que os processos regionais de cooperação em segurança e defesa foram perdendo relevância dentro da agenda política dos países sul-americanos, uma vez que as mudanças de governos em diversos países da região aliada à eleição de Donald Trump contribuíram para o abandono da agenda de segurança autônoma, construída em conjunto pelos países da região ao longo dos primeiros anos do século XXI, e a substituição desta pela agenda de segurança estadunidense para a região. O retorno à agenda securitária estadunidense, a chamada agenda de segurança hemisférica, limita as possibilidades de cooperação entre os Estados sul-americanos, uma vez que tal agenda é responsável por delimitar a pauta da cooperação regional de maneira verticalizada – do Norte, para o Sul.

Como consequência, a Unasul e o CDS encontram-se atrofiados desde o ponto de vista institucional, e a agenda integracionista da região – em um sentido mais amplo – tem retomado o discurso economicista (especificamente voltado para a integração comercial) típico do regionalismo aberto dos anos 1990, enquanto a agenda de segurança e defesa regride ao retomar passivamente os pressupostos do sistema de segurança hemisférica propostos pelos EUA à região desde os anos 1930.

A instabilidade política regional, marcada pela crise venezuelana e também pela retomada da luta armada na Colômbia, além das disputas históricas entre Chile e Bolívia, apresentam potencialidades conflitivas para toda a região, levando ao aumento das tensões e das desconfianças entre os países sul-americanos de forma geral. Ainda, a crise econômica pela qual os países sul-americanos vêm passando diminui drasticamente as possibilidades de investimentos nas áreas de segurança e defesa.

Como observado ao longo do trabalho, a cooperação em segurança e defesa na América do Sul passou por distintas fases nos anos recentes e,

atualmente, encontra-se em um processo de retrocesso, após um curto período de busca por maior autonomia pelos governos da região. Desse modo, observam-se profundos desafios ao processo de cooperação em segurança e defesa sul-americano, os quais vão desde obstáculos históricos não resolvidos e se somam a novas problemáticas advindas das crises políticas e econômicas enfrentadas pela região.

A despeito desses desafios, reitera-se que a cooperação em segurança e defesa é um mecanismo de grande importância para o desenvolvimento de tecnologias de uso civil e militar, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial dos países. Ademais, apresenta o potencial para alavancar projetos de integração mais amplos que levem a uma inserção sul-americana mais autônoma, com maior dinamismo frente às demandas regionais e menos dependente das grandes potências.

Referências

ALVES, A. R. (2019). OEA aprova pedido de Guaidó para ativar contra Maduro tratado que prevê defesa mútua no continente. *O Globo*, 11 set. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/oea-aprova-pedido-de-guaido-para-ativar-contra-maduro-tratado-que-preve-defesa-mutua-no-continente-23940707>>. Acesso em: 16 set. 2019.

BARRETO, F. M. (2012). *A Política Externa após a Redemocratização*. Livro II. Brasília: FUNAG.

BBC (2019). Por que parte das Farc está voltando à luta armada na Colômbia. *BBC News*, 29 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49455482>>. Acesso em: 16 set. 2019.

BOERSNER, A.; HALUANI, M. (2011). Moscú mira hacia América Latina: Estado de situación de la alianza ruso-venezolana. *Nueva Sociedad*, (236), 16-26, nov./dez. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/moscu-mira-hacia-america-latina-estado-de-situacion-de-la-alianza-ruso-venezolana/>>. Acesso em 16 set. 2019.

BIDARRA, B. S.; GRASSI, J. M.; KERR OLIVEIRA, L. (2020). A crise da Unasul pelas agências internacionais de notícias: a veiculação do colapso da integração regional Sul-americana pela mídia. *Revista Debates*, Porto Alegre, 14 (2), mai./ago.

BRAGATTI, M. C. (2016). *Cooperação em defesa na América do Sul – limites e perspectivas*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em

Integração Contemporânea da América Latina. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Brasil.

BRASIL DE FATO (2019). Rússia pretende investir R\$ 16,5 bilhões na Venezuela até o final de 2019. *Brasil de Fato*, 10 out. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/10/russia-pretende-investir-cerca-de-dollars-16-bilhoes-na-venezuela-ate-o-final-de-2019>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BUZAN, B.; WAEVER, O. (2003). *Regions and powers: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press.

CAZARRÉ, M. (2019). Evo Morales chega ao México e diz que houve golpe de Estado na Bolívia. *Agência Brasil*, 12 nov. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-11/evo-morales-chega-ao-mexico-e-diz-que-houve-golpe-de-estado-na-bolivia>>. Acesso em 03 ago. 2020.

CELAG (2019). Las consecuencias económicas del boicot a Venezuela. *Análisis Económico*. 9 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.celag.org/las-consecuencias-economicas-del-boicot-venezuela/>>. Acesso em 01 jul. 2020.

CEPAL (2020). América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19 Efectos económicos y sociales. *Informe Especial Covid-19*, (1), 3 abr. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/45337-america-latina-caribe-la-pandemia-covid-19-efectos-economicos-sociales>>. Acesso em 01 jul. 2020.

CEPIK, M.; ARTURI, C. S. (2011). Tecnologias de informação e integração regional: desafios institucionais para a cooperação Sul-Americana na área de segurança. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 54 (4), 651-691.

CLOSS, M. B. (2019). Novo ciclo na América do Sul: transformações nos cenários de segurança e defesa. *Boletim do Observatório Político Sul-Americano*. n. 1, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/07/19/NOVO-CICLO-NA-AMERICA-DO-SUL-TRANSFORMACOES-NOS-CENARIOS-DE-SEGURANCA-E-DEFESA>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

DAVYDOV, V. M. (2010). Rusia en América Latina (y viceversa). *Nueva Sociedad*, (226), 4-12, mar./abr. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/rusia-en-america-latina-y-viceversa/>>. Acesso em 01 jul. 2020.

ESG. (2020) Instituições. *Escola Superior de Guerra*, Ministério da Defesa do Brasil. Disponível em: <<https://www.esg.br/estudos-estrategicos/instituicoes>>. Acesso em 03 ago. 2020.

FIORI, J. L. (2007). A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. *OIKOS*, Rio de Janeiro, 6 (2). Disponível em:

<<http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/10>>.
Acesso em 16 set. 2020.

FREITAS, P. (2018). *A indústria de defesa na Grande Estratégia brasileira: Integração Regional e Desenvolvimento*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu, Brasil.

FUCCILLE, A. (2014). O Brasil e a América do Sul: (re)pensando a segurança e a defesa na região. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 1 (1), 112-146, jul./dez.

FUCCILLE, A. (2015). O Brasil e o Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL: Um novo modelo de defesa sub-regional?. VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política – *Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)*, jul. 2015. Disponível em: <<http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wp-content/uploads/2015/01/Full-Paper-ALACIP-Fuccille.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

FUCCILLE, A.; REZENDE, L. P. (2013). Complexo Regional de Segurança da América do Sul: Uma Nova Perspectiva. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, 35 (1), 77-104, jan./jun.

GONÇALVES, M. (2019). Com Prosul, Lenín Moreno consolida guinada e afastamento de Correa. *O Globo*, 24 mar. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/com-prosul-lenin-moreno-consolida-guinada-afastamento-de-correa-23543450>>. Acesso em 03 ago. 2020.

GRASSI, J. M. (2019). *Parceria estratégica entre Brasil e Argentina: cooperação nuclear e integração sul-americana no século XXI*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu, Brasil.

GULLO, M. (2015). *La insubordinación fundante: Breve historia de la construcción del poder de las naciones*. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial El perro y la rana.

JAEGER, B. C. (2019). Crise e colapso da UNASUL: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora. *Revista Conjuntura Austral*, Porto Alegre, 10 (49), 5-12, jan./mar.

KERR OLIVEIRA, L. *Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: Geopolítica, Estratégia e o Papel do Centro de Decisão Estratégica*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil.

KERR OLIVEIRA, L.; BRITES, P. V. P.; REIS, J. A. S. (2013). A guerra proxy na Síria e as disputas estratégicas russo-estadunidenses no Oriente Médio. *Mundorama*, Divulgação Científica em Relações Internacionais, set., 2013.

MALLMANN, M. I. (2017). Integração e Segurança: uma reflexão a partir das teorias clássicas de integração. In: GUEDES OLIVEIRA, M. A.; PAGLIARI, G. C. (Orgs). *Pensando Defesa e Integração nas Fronteiras*. p. 27-50. Coleção: Defesa e Fronteiras Virtuais, v. 4. Recife: Editora UFPE.

MANETTO, F. (2019). Na fronteira da Venezuela com a Colômbia, distúrbios violentos e dezenas de deserções chavistas. *El País*, 23 fev. 2019. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/23/internacional/1550945385_758680.html>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MANETTO, F. (2020). Com eleições à vista na Venezuela, aumenta a divisão da oposição e a fratura política no país. *El País*, 05 jul. 2020. Disponível em:
<<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-05/com-eleicoes-a-vista-na-venezuela-aumenta-a-divisao-da-oposicao-e-a-fratura-politica-no-pais.html>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

MARTINS, J. M. Q. (2013). Considerações finais: recomposição hegemônica e inserção internacional do Brasil. In: MARTINS, J. M. Q. (Org) *Relações internacionais contemporâneas 2012/2: estudos de caso em política externa e de segurança*. Porto Alegre, Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE).

MONTEIRO, L. C. R. (2017). Geopolítica da segurança na América do Sul: o papel do Brasil e os dilemas de uma região em transição. *L'espace Politique*, (31). Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/espacepolitique.4160>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

NADDI, B. O. (2018). Conselho de Defesa Sul-Americano, a crise da UNASUL e a adesão da Colômbia à OTAN. *Observatório de Regionalismo*. 16 jul. 2018. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/2018/07/16/cds/>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

OEA. (2020). *Resumo Temático das posições dos estados membros apresentadas na Reunião Especial da Comissão de Segurança Hemisférica sobre conceitos de segurança, realizada em 20 e 21 de abril de 1999*. Documento preparado pela Secretaria-Geral, Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos. 6 mar. 2020. Disponível em:
<<http://www.oas.org/CSH/portuguese/novosdoc%20resumo.asp>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

OLIVEIRA, A. J.; ONUKI, J. (2000). Brasil, Mercosul e a segurança regional. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 43 (2), 108-129.

PADULA, R. (2011). *Infraestrutura, geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana: uma visão crítica à IIRSA*. Laboratório de Estudos da América Latina (LEAL): UFRJ.

PAGLIARI, G. C. (2009). *Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UnB). Brasília, Brasil.

PAGLIARI, G. C. (2015). Conselho de Defesa Sul-Americano e a adoção de medidas de fortalecimento da confiança. *Carta Internacional*. Edição especial, 10, 23-40.

PEREIRA, A. C. J. (2004). O Brasil e os entendimentos em defesa e segurança na América do Sul. In: *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da história*. ANPUH/SP UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

SAINT-PIERRE, H. L.; PALÁCIOS JÚNIOR, A. M. C. (2014) As medidas de confiança no Conselho de Defesa Sul-americano (CDS): análise dos gastos em Defesa (2009–2012). *Revista Brasileira de Política Internacional*. 57 (1), 22-39.

SANTOS, M. (2013). A presença brasileira na América do Sul Ações e Instrumentos de Política Externa. *Revista Análisis Político*, 26 (77), 195-210, jan./abr.

SERBIN, A. (2009). A América do Sul em um mundo multipolar. A Unasul é a alternativa? *Nueva Sociedad*. Especial em Português, Tradução de Ivony Lessa, Dez. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/a-america-do-sul-em-um-mundo-multipolar-a-unasul-e-a-alternativa/>>. Acesso em: 16 set. 2019.

SOUZA, T. A. F. (2015). *Cooperação em defesa e a região sul-americana: o papel do Conselho de Defesa Sul-americano, da UNASUL*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil.

VILLA, R.; PIMENTA, M. C. B. S. (2016). A Longa Paz na América do Sul: questionamentos às teses da paz negativa na região. *Papel Político*, Bogotá, 21 (2).

VISENTINI, P. F. (2019). Eixos do Poder Mundial no século XXI: uma proposta analítica. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. 8 (15), 9-25, jan./jun.